

humanitas



Vol. LXIII
2011

prestada ao texto, de onde se procura extrair, com rigor, nuances subtis de sentido.

O conteúdo argumentativo de cada intervenção constitui o cerne do Capítulo II. O debate persa. O estudo do texto passa a estar definitivamente no centro das atenções. É de lamentar que a descodificação tipográfica dos caracteres gregos não permita a leitura da terminologia original, que é de relevância para a discussão (e. g., p. 55). Procede-se a uma enumeração circunstanciada dos argumentos apresentados por cada interveniente, antes de se considerar, no conjunto, ‘a lógica argumentativa do debate’.

O último capítulo é dedicado à monarquia, como modelo vencedor, e à forma como Dario a impõe, como monarca escolhido pelos seus pares e com aprovação divina para suceder a Cambises. Alguns comentários comparativos permitem ainda alargar a perspectiva de análise ao que poderemos chamar o padrão da figura de um tirano em Heródoto.

Uma página muito breve de conclusões limita um pouco o que seria esperável e parece sempre adiado neste estudo: que o seu autor, bem informado sobre as subtilezas de sentido do texto de Heródoto e leitor de uma bibliografia extensa e actualizada, tomasse posições mais claras no meio da controvérsia que Heródoto, pelo valor intrínseco da sua narrativa, não deixa nunca de provocar.

MARIA DE FÁTIMA SILVA

TACLA, Adriene Baron, MENDES, Norma Musco, CARDOSO, Ciro Flamarion, LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira (orgs.), *Uma Trajetória na Grécia Antiga. Homenagem à Neyde Theml*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2011, 404 p., ISBN – 978-85-61022-44-0.

Esta é uma obra de homenagem e consagração, que tem como destinatária a professora brasileira Neyde Theml, por ocasião do seu septuagésimo aniversário. Neyde Theml, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em História Antiga, esteve envolvida, com outros colegas, na criação do Laboratório de História Antiga, em 1993, da revista *Phoênix*, em 1995, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, já no início do século XXI. Esteve igualmente associada à criação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, de cujos estatutos redigiu uma versão preliminar.

Se, por um lado, esta obra exprime a admiração e a homenagem de muitos dos seus colegas, não deixa também de manifestar, de forma extremamente discreta, alguma amargura, resultante de, mais de seis anos após a aposentação, mais de quatro após a aprovação no Departamento de História da UFRJ, não ter sido ainda concedido à homenageada o título de Professora Emérita. Também por isso se compreendem as demoradas evocações elogiosas e o facto de integrarem este volume alguns dos depoimentos abonatórios de colegas (entre os quais o do Doutor José D'Encarnação, da Universidade de Coimbra) que faziam originalmente parte do processo de solicitação do título de emergência.

O livro divide-se em cinco grandes partes. A inicial (5-62), não unificada, consiste num conjunto de textos de natureza eminentemente testemunhal, que lembram os momentos fundamentais da carreira de Neyde Theml e elogiam os seus méritos. Depois, em quatro blocos autónomos, agrupam-se os estudos de colegas e discípulos. O primeiro grupo, com o nome “Em torno de Neyde” (68-183), reúne um conjunto de sete artigos cuja temática se liga à investigação da própria Neyde Theml e que se podem considerar mais proximamente associados ao seu magistério. Os restantes grupos, mais genéricos, juntam categorias que costumam ser habituais nos estudos sobre a antiguidade: Grécia (“Visões da Grécia antiga”, três artigos, 185-261), Roma (“No mundo romano”, quatro artigos, 263-355) e Recepção (“Antiguidade e mundo contemporâneo”, dois artigos, 357-404). Dedico, agora, breve atenção aos ensaios propriamente ditos.

Um dos temas preferenciais de investigação de Neyde Theml é o da relação entre público e privado, tema que ecoa nos artigos iniciais da primeira secção. O primeiro, da autoria de Adriene Baron Tacla (“Identidade e alteridade em Massália e Empóron: primeiras observações”, 65-83), reflecte sobre a colonização grega no período arcaico, sublinhando as diferenças entre Massália (é esta a grafia escolhida) e Empóron, principalmente ao nível da vida quotidiana e das relações com os indígenas. Não deixa de ficar claro, igualmente, que a colonização grega é um fenómeno de variadas faces, que não pode ser encarado como uma movimentação demográfica *una*. Também Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (“O público e o privado: procissões, banquetes e caça em Corinto arcaica”, 85-93) se debruça sobre a realidade de uma *polis*, neste caso a Corinto do período arcaico, para, através da análise de duas peças de cerâmica, demonstrar a contiguidade entre espaços público e privado, mais produtivamente lidos enquanto complementares do que como opostos, sem

que isso exclua, naturalmente, a existência de tensão na dinâmica que os inter-relaciona. Ainda na esfera das relações entre público e privado, Ana Livia Bomfim Vieira (“Tramas de ritos e deuses: o limite, o estranho e o pescador”, 95-110) fala acerca dos pescadores da *polis* ateniense, conferindo particular atenção a quatro divindades (Glauco, Hermes, Pã e Priapo) que, na ambiguidade do seu desenho mitológico e do seu culto, reflectem a forma ambígua, evitada de algum preconceito e desconfiança, com que era olhada a comunidade piscatória de Atenas.

Uma outra linha de investigação que caracteriza o trabalho de Neyde Theml é a que designa como História Comparada e também ela marca presença neste volume. Assim, Ana Teresa Marques Gonçalves e Lyvia Vasconcelos Baptista (“Atenas e Bizâncio sob a ação do flagelo: peste e História nas narrativas de Tucídides e Procópio”, 111-141) comparam a obra de Tucídides e a do historiador bizantino Procópio, em particular no que respeita à descrição da peste. Se é óbvio que Procópio utiliza o texto de Tucídides como modelo e tem, como o historiador ateniense, uma atitude de objectividade, a verdade é que também as circunstâncias do tempo, lugar e mundividência se revelam determinantes na distinção entre as obras. Dito de outro modo, o modelo de Tucídides não apaga o *olhar* de Procópio. Também recorrendo a Tucídides e à leitura comparativa, ao mesmo tempo que se refere à oposição entre público e privado, Manuel Rolph Cabeceiras (“Mutações do imaginário políade nas orações fúnebres em Tucídides e Hipérides”, 159-170) incide sobre a realidade ateniense e compara a oração fúnebre de Péricles, no Livro II da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, com o discurso de Hipérides em honra dos mortos no primeiro ano da guerra de Lâmia (323-322 a.C.). Dessa comparação resulta que, enquanto no Péricles de Tucídides é perfeitamente evidente a subordinação da esfera privada ao colectivo da *polis* (ou seja, como sublinha o autor, do *idion* ao *koinon*), em Hipérides o valor particular das figuras evocadas assume a primazia, restando à dimensão colectiva o lugar de fundo esbatido e sem relevo. Há aqui um redimensionamento que traduz, como afirma o autor, “as profundas mudanças sofridas pela democracia dos atenienses” (p. 169).

Tomando como pretexto dois artigos de Neyde Theml sobre os Jogos Olímpicos, artigos dedicados ao público juvenil, Fabio de Sousa Lessa (“Práticas esportivas e jogos helénicos”, 143-157) debruça-se sobre as competições atléticas na Grécia antiga, tendo em especial atenção o seu valor religioso e simbólico, a sua vinculação ao passado mítico e a

legitimação de novos heróis, na senda daqueles que ecoam nas narrativas do mito. É por isso que termina o seu ensaio com a análise de uma ânfora cuja imagem representa a corrida em que Pélops derrota Oinómao e conquista a mão de Hipodamia, mito fundador dos Jogos Olímpicos, para mostrar como este imaginário estava presente na vida quotidiana dos Gregos. Neste artigo, uma arreliadora gralha transformou em ‘garçons’ os olhos ‘garços’ de Atena, numa ocasião em que o autor recorre à tradução de VII *Olímpica* de Píndaro da autoria da Doutora Rocha Pereira (p. 147). Em duas outras ocasiões (pp. 153 e 154), ao citar a I *Olímpica*, não existe qualquer menção de que também se usa a tradução da mesma helenista.

O corpo, elemento natural moldado por diferentes dinâmicas culturais, foi também objecto do trabalho de pesquisa de Neyde Theml. “Olhar para o corpo é decifrar outra linguagem que fale da sociedade, da sua dinâmica, dos seus conflitos” – é desta forma que Maria Regina Candido (“Corpo: campo de exercício de experimentação comparada”, 171-183) resume os pressupostos da abordagem defendida por Theml, na sua defesa de que História e Antropologia são formas de saber que devem trabalhar em conjunto. É uma visão panorâmica desses olhares sobre o corpo que Candido nos apresenta no seu artigo, infelizmente demasiado segmentado, derivando de referência em referência, sem conseguir construir uma unidade de sentido e uma progressão que lhe confira valor enquanto reflexão coerente e autónoma.

O segundo grupo de quatro textos reporta-se a temas relacionados com a Grécia, mas sem uma relação tão evidente com os interesses da homenageada. Fabio Vergara Cerqueira (“A música grega antiga: origem, identidade e etnicidade”, 187-208) dá-nos uma extensão de um seu artigo publicado em Nobre e al. 2005, também recenseado neste volume de *Humanitas*. Partindo da demonstração da origem mesopotâmica da música grega, mostra depois, ao fazer uma distinção entre a lira, instrumento culturalmente entendido como grego, e o *aulos*, inscrito no espaço da alteridade, como os Gregos assentam também a definição da sua identidade numa *memória construída* da sua relação com as várias formas musicais e os instrumentos que as acompanham. Gabriele Cornelli e André Leonardo Chevitarese (“Recepção da comunidade pitagórica na comédia antiga ateniense”, 209-236) apresentam uma longa caracterização das doutrinas pitagóricas e dos grupos que as praticavam, de modo a ficar claro que podem ser incluídos na designação de seita, que lhes aplica Burkert. De forma mais breve, elencam alguns fragmentos de poetas cómicos atenienses

nos quais são visíveis sinais de pitagorismo, em especial referências à transmigração da alma e ao particular regime alimentar dos pitagóricos. É pena que haja um evidente desequilíbrio entre estas duas partes do trabalho, muito completa a primeira, enquanto a segunda é apenas uma enumeração sem qualquer carácter reflexivo.

Maria Beatriz Borba Florenzano (“Cidade e território na Grécia antiga”, 237-261) preocupa-se em falar da *polis* grega não apenas como o conjunto de cidadãos e de instituições políticas, mas como uma realidade polifacetada, na qual se articulam e relacionam, de forma muito diversa consoante as *poleis*, o espaço urbano e o território rural que, no seu conjunto, definem a *polis* e a forma particular de vida de cada uma. Essa riqueza e variedade não impede que uma *polis* grega seja reconhecida pelo que tem de específico, por muito dinâmica e sujeita a condicionalismos locais que a sua realidade se apresente.

Os quatro artigos da terceira parte do volume, sobre o mundo romano, abrem com o trabalho de Gilvan Ventura da Silva (“Construindo fronteiras religiosas em Antioquia: as homilias *Adversus Iudaeos* de João Crisóstomo e a fixação da identidade cristã”, 255-300), que se debruça sobre os sermões referidos no título, proferidos, em Antioquia, por João Crisóstomo, no final do século IV d.C. Sustenta que a separação entre cristianismo e judaísmo não se deu tão cedo como muitos têm defendido e que, nos primeiros séculos da nossa era, haveria muitos vasos comunicantes entre os dois grupos. Assim, os sermões de João Crisóstomo reagiriam a um incremento do judaísmo em Antioquia e marcam, no que àquela região diz respeito, o verdadeiro ponto de viragem na definitiva demarcação entre as duas religiões. Trata-se de um artigo particularmente bem construído, na fluência da argumentação e no constante, mas não intrusivo, apoio bibliográfico. José d’ Encarnação (“Da onomástica grega na Lusitânia romana”, 301-312) mostra como os nomes gregos encontrados em inscrições na Lusitânia, maioritariamente, ainda que não em exclusivo, pertencentes a escravos ou a libertos, dão sinal dos conhecimentos culturais de boa parte da população que, naturalmente, teria gosto em exhibir, nas inscrições, essa relação de proximidade com as tradições culturais do mundo grego. Margarida Maria de Carvalho e Natália Frazão José (“Política e género nas relações de poder entre Cleópatra, Júlio César e Marco António: retratos de Plutarco de Queroneia”, 313-341) debruçam-se sobre Cleópatra, tentando estabelecer a distinção entre a imagem de dela nos fica nas biografias que Plutarco dedicou a Júlio César e a Marco António, muito influenciadas pela

propaganda de Octávio e por uma imagem da mulher como ser ardiloso e sedutor, e as motivações políticas que poderão ter estado por trás da sua relação com os governantes romanos. Fica clara a dificuldade em recuperar a verdadeira Cleópatra, até porque o tempo tem ajudado a que dela se construa uma imagem sempre filtrada pelas preocupações de cada época. Monica Selvatici (“A identidade dos eleitos ao Reino de Deus e a impureza moral dos gentios no judaísmo do Segundo Templo”, 343-356) trata da relação, nem sempre fácil, entre judeus e gentios no período final do judaísmo do Segundo Templo (VI a.C. – 70 d.C.), ou seja, nos primeiros anos da nossa era.

A parte final do livro contém dois artigos sobre o legado clássico. No primeiro (“A nostalgia dos impérios ou o sistema de Estados e suas origens nos séculos XVI-XVII na Europa”, 359-369), Francisco Carlos Teixeira da Silva aborda a importância da noção de Império no sistema de organização dos estados preconizado pelo historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), num trabalho que ganharia se adicionasse alguma matéria contextual à apresentação seca do material que tem para discutir. Por fim, José António Dabdab Trabulsi (“Péricles segundo o *Nouvel Observateur*”, 371-404) faz uma interessante, e polemicamente empenhada, análise de um suplemento especial (o nº 69, de Julho-Agosto de 2008) da revista francesa *Le Nouvel Observateur* dedicado a “Le siècle de Périclès”. O que aqui temos é a forma como a França contemporânea olha para a democracia grega e tenta dela retirar lições que sirvam o leitor comum – um olhar nem sempre muito confiante nas virtudes do regime democrático, também nos nossos dias, o que não deixa de surpreender numa revista que representa as posições da esquerda moderada francesa. A leitura de Trabulsi é certa e faz vários julgamentos particularmente interessantes.

Como é habitual em obras colectivas, nem todos os artigos terão as mesmas qualidades e, além disso, devido às distintas temáticas, constituirão apelos diferenciados consoante o leitor que a eles aceda e os interesses que o motivem. Mas esta obra, para além de graficamente interessante e cuidada, propõe um conjunto de trabalhos com um nível médio francamente interessante que representa, ao mesmo tempo, um panorama muito alargado daquilo que actualmente o Brasil produz no âmbito da História do Mundo Antigo.